



CÂMARA MUNICIPAL DE SEABRA

PROVA OBJETIVA – CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE QUESTÕES

CONTADOR

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no concurso público.

2. O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO:

O sucesso é fruto do seu estudo.

3. O candidato deverá conferir a quantidade de questões presente neste caderno.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar UMA letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do concurso público no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Os piores entre nós

Instituições não existem. Só existem pessoas

Instituições são ficções. Em *Sapiens*, Yuval Harari chama a Peugeot, a montadora francesa de automóveis, de uma ficção jurídica: os carros, as fábricas e os funcionários existem fisicamente, mas a empresa é uma entidade imaginária cuja existência depende de leis e do que ele chama de uma “história compartilhada” na qual combinaram de acreditar. Mas ninguém jamais tocou na Peugeot ou juntou com ela – a Peugeot não é um organismo vivo ou um objeto físico. A mesma coisa pode ser dita de um governo, de um Congresso ou de um Tribunal. Essas instituições são ficções, representadas essencialmente pelas pessoas que as compõem.

Instituições não existem. Só existem pessoas – e elas podem ser competentes ou incapazes, virtuosas ou malélicas, generosas ou psicopatas.

O economista Douglas North, no seu livro *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*, diz que instituições são as regras do jogo em uma sociedade. Instituições são a Constituição, as leis, os regulamentos, as tradições e as regras não escritas de convívio social. Segundo North, as instituições de um país determinam seu desenvolvimento. Mas regras, em si, não são suficientes. É preciso que as pessoas decidam respeitá-las.

Em 2011, ao falar no Senado dos EUA, Antonin Scalia, juiz da Suprema Corte americana, lembrou que a antiga União Soviética – que ele, ecoando Ronald Regan, chamou de *império do mal* – tinha uma Constituição que garantia direitos muito mais amplos do que os previstos na Constituição americana. Mas eram direitos de papel, que nada valiam diante do Estado soviético. Scalia disse que a liberdade americana não é garantida por palavras, mas por uma estrutura de governo que, dividindo o Estado em vários poderes que competem entre si, impede a hegemonia de qualquer um deles. O confronto entre os poderes não é um problema – essa foi a mensagem de Scalia. A disputa entre poderes é a garantia de nossa liberdade.

Daron Acemoglu e James Robinson, autores de *Por Que as Nações Fracassam*, dividem as instituições em dois grupos: extrativas – quando extraem riqueza da sociedade para concentrá-la nas mãos de poucos – e inclusivas – quando permitem que a maior parte da sociedade se beneficie da riqueza. Nossas instituições são, evidentemente, extrativas. Mesmo as mais inclusivas são conduzidas por pessoas, e a condução refletirá a concepção que essas pessoas têm do Estado. Para algumas delas, a função do Estado é enriquecê-las.

No prefácio de sua excepcional tradução de *A República* de Platão, Allan Bloom comenta a preocupação de Sócrates com a educação dos governantes: “Os regimes dependem das virtudes dos homens e não das instituições; se as virtudes mais altas não estiverem presentes nos governantes, um regime

inferior será instituído. Não há guardiões acima dos guardiões [...]”.

Alguém precisa dizer isso aos brasileiros que, repetidamente, caem na armadilha ideológica e emocional de atribuir abstrações políticas (“democracia”, “Estado Democrático de Direito”, “Constituição”, “tribunal” ou “conselho”) o mágico poder de consertar as imoralidades e punir os crimes, apenas para ver essas abstrações sendo usadas como justificativa para mais imoralidades e mais crimes. As instituições às quais confiamos nossos direitos se revelaram quadrilhas organizadas para nos expropriar.

Instituições não existem. Só existem pessoas. E um indivíduo ou um grupo, investido de grande poder, só será contido por outros indivíduos, ou grupos com poder semelhantes, que recusem submissão. Mas, em nosso país, a submissão parece estar sempre ao alcance de um uísque puro malte, um contrato de “assessoria” e uma promessa de manter em segredo mensagens, fotos e vídeos comprometedores.

Os incentivos da política são perversos em todos os lugares, como já explicou Niall Ferguson em *A Grande Degeneração*. Políticos são estimulados a mentir, fraudar e roubar porque a recompensa é enorme, e o custo – a possibilidade de punição – é baixo. Mas, quando essas práticas contaminam até as áreas do Estado responsáveis pela aplicação da lei, a pergunta que o cidadão se faz é: como é possível que tenhamos selecionado, para nos governar, os piores entre nós?

Fonte: MOTTA, Roberto. Revista Oeste, ed.342. *Os piores entre nós*.
<https://revista Oeste.com/revista/edicao-342/os-piores-entre-nos-2/> (adaptado).

01. A partir das ideias expostas no texto I, pode-se inferir corretamente que as Instituições:

- Representam um conceito abstrato e dependem da materialidade de seres concretos e virtuosos para que sua existência alcance legitimidade social.
- Apresentam-se como organismos concretos a fim de garantir o equilíbrio do regimento social para benefício do corpo coletivo.
- Mostram-se por si só como suficientes para determinar o desenvolvimento social, desde que o corpo coletivo respeite suas regras.
- Enquanto materialidade verbal, determinam a liberdade de qualquer país à medida que contiver o maior número de direitos garantidos à população.
- Prescindem de virtudes humanas, uma vez que se apresentam como elemento concreto do processo legal enquanto referência guardiã da sociedade.

02. Analise a seguir as observações sobre o texto I antes de julgar o que se pede.

- O autor faz uso do argumento de autoridade por meio do discurso direto remissivo a diferentes autores, os quais ajudam a corroborar sua ideia.
- O texto é essencialmente de natureza descritivo-analítica e relega o caráter subjetivo de sua composição.
- Observa-se que a linguagem utilizada no texto prima pelo caráter formal, denotativo e objetivo a fim de expor essencialmente sua mensagem para o interlocutor.
- O texto possui tipologia dissertativa, apresentando-se como Artigo de opinião enquanto gênero.



Pode-se dizer que se encontra correto o que foi afirmado acima apenas em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.
- e) I, II e IV.

03. “As instituições às quais confiamos nossos direitos se revelaram quadrilhas organizadas para nos expropriar.”

A partir do fragmento exposto acima, assinale a alternativa cuja reescrita tenha mantido o valor semântico, bem como o respeito à norma-padrão da Língua Portuguesa.

- a) As instituições à que confiamos nossos direitos se apresentaram como grupos contraventores para nos expropriar.
- b) Se mostraram grupos criminosos para nos expropriar às instituições as quais confiamos nossos direitos.
- c) Confiamos nossos direitos às instituições as quais se mostraram como organizações criminosas a fim de nos expropriar.
- d) As instituições cujos direitos confiamos se apresentaram como quadrilhas criminosas a fim de nos expropriar.
- e) Confiaram-se às instituições nossos direitos para nos expropriar por quadrilhas organizadas.

04. Marque a alternativa cuja análise gramatical e semântica sobre a expressão em destaque esteja corretamente avaliada, conforme o seu emprego contextual.

- a) “Essas instituições são ficções, representadas essencialmente pelas pessoas que as compõem.” (1º par.) – Advérbio formado por derivação prefixal.
- b) “Instituições não existem. Só existem pessoas – e elas podem ser competentes ou incapazes, virtuosas ou malélicas, generosas ou psicopatas.” (2º par.) – Adjetivo formado por derivação parassintética.
- c) “...tinha uma Constituição que garantia direitos muito mais amplos do que os previstos na Constituição americana.” (4º par.) – Substantivo formado por derivação sufixal.
- d) “...o mágico poder de consertar as imoralidades e punir os crimes, apenas para ver essas abstrações sendo usadas como justificativa para mais imoralidades e mais crimes.” (7º par.) – Substantivo formado por derivação prefixal e sufixal.
- e) “Mas, em nosso país, a submissão parece estar sempre ao alcance de um uísque puro malte, um contrato de assessoria e uma promessa de manter em segredo mensagens, fotos e vídeos comprometedores.” (8º par.) – Substantivo formado por Composição por justaposição.

05. Analise cada afirmação abaixo, segundo as regras vigentes de acentuação gráfica, antes de julgar o que se pede.

() Em “Instituições são ficções. Em *Sapiens*, Yuval Harari chama a Peugeot, a montadora francesa de automóveis, de uma ficção jurídica: os carros, as fábricas e os funcionários existem fisicamente...” (1º par.), ambas as palavras em destaque podem ser consideradas proparoxítonas, o que justifica sua obrigatoriedade quanto à regra de acentuação.

() Em “Segundo North, as instituições de um país determinam seu desenvolvimento.” (3º par.), o vocábulo em destaque é acentuado pela regra das oxítonas.

() Em “Mesmo as mais inclusivas são conduzidas por pessoas, e a condução refletirá a concepção que essas pessoas têm do Estado.” (5º par.), apesar de ser um monossílabo tônico, a palavra em destaque é acentuada pela regra do acento diferencial.

() Em “...se as virtudes mais altas não estiverem presentes nos governantes, um regime inferior será instituído.” (6º par.), o vocábulo em destaque justifica o emprego do acento pela regra das paroxítonas.

() Em “Alguém precisa dizer isso aos brasileiros que, repetidamente, caem na armadilha ideológica e emocional de atribuir abstrações políticas...” (7º par.), as palavras em destaque possuem mesma tonicidade silábica, porém a primeira é acentuada pela regra do acento diferencial.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.

- a) V – F – V – F – F.
- b) F – F – F – V – V.
- c) F – V – V – F – F.
- d) V – V – F – V – V.
- e) F – F – V – F – F.

06. Leia os períodos a seguir antes de responder ao que se pede.

I. “Segundo North, as instituições de um país determinam seu desenvolvimento. Mas regras, em si, não são suficientes.” (3º par.)

II. “Políticos são estimulados a mentir, fraudar e roubar porque a recompensa é enorme, e o custo – a possibilidade de punição – é baixo.” (9º par.)

Assinale a alternativa que apresenta, pela ordem, a indicação da natureza semântica das expressões em destaque em cada período acima.

- a) Causa – Concessão – Explicação.
- b) Conformidade – Adversidade – Causa.
- c) Conclusão – Adversidade – Consequência.
- d) Conformidade – Concessão – Causa.
- e) Causa – Adversidade – Explicação.

07. “Essas instituições são ficções, representadas essencialmente pelas pessoas que as compõem.” (1º par.)

Elementos de coesão colaboram com o encadeamento de afirmações feitas no texto a fim de garantir a sequência devida das ideias expostas. A partir disso, avalie o elemento coesivo em destaque no fragmento acima e, a seguir, assinale a alternativa que contiver o mesmo papel morfológico aplicado no contexto.

- a) “O economista Douglas North, no seu livro *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*, diz que instituições são as regras do jogo em uma sociedade.” (3º par.)
- b) “É preciso que as pessoas decidam respeitá-las.” (3º par.)
- c) “Em 2011, ao falar no Senado dos EUA, Antonin Scalia, juiz da Suprema Corte americana, lembrou que a antiga União Soviética [...] tinha uma Constituição que garantia direitos muito



mais amplos do que os previstos na Constituição americana.” (4º par.)

d) “Daron Acemoglu e James Robinson, autores de *Por Que as Nações Fracassam*, dividem as instituições em dois grupos: extrativas – quando extraem riqueza da sociedade para concentrá-la nas mãos de poucos – e inclusivas – quando permitem que a maior parte da sociedade se beneficie da riqueza.” (5º par.)

e) “As instituições às quais confiamos nossos direitos se revelaram quadrilhas organizadas para nos expropriar.” (7º par.)

08. Analise as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

() Em “Instituições são ficções.” (1º par.), a expressão em destaque cumpre função sintática de complemento de um verbo significativo num predicado nominal.

() Em “A mesma coisa pode ser dita de um governo, de um Congresso ou de um Tribunal.” (1º par.), encontra-se em destaque o núcleo de um sujeito paciente cuja voz verbal se classifica como passiva sintética.

() Em “Instituições não existem. Só existem pessoas.” (2º par.), os termos em destaque representam diferentes funções sintáticas em suas respectivas orações: o primeiro é sujeito, enquanto o segundo classifica-se como objeto direto.

() Em “Em 2011, ao falar no Senado dos EUA, Antonin Scalia, juiz da Suprema Corte americana, lembrou que a antiga União Soviética...” (4º par.), o termo sublinhado exerce função sintática de Sujeito agente em relação ao verbo “lembrou”.

() Em “Mesmo as mais inclusivas são conduzidas por pessoas...” (5º par.), o termo preposicionado em destaque exerce função sintática de Complemento nominal do Adjetivo “conduzidas”.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que se tem pela ordem a seguinte sequência.

- a) F – F – F – F – F.
- b) V – V – V – V – V.
- c) V – F – F – F – V.
- d) F – F – F – F – V.
- e) F – V – V – F – F.

09. “Políticos são estimulados a mentir” (9º par.). No excerto anterior, nota-se em destaque uma preposição utilizada pelo critério da Regência nominal. Adaptando-se esse fragmento a fim de que ele possa receber o sinal indicativo de Crase, a alternativa cuja reescrita se encontra adequada, segundo as regras gramaticais, faz-se presente em:

- a) “...à faltarem com a verdade”
- b) “...à falta da verdade”.
- c) “...à qualquer verdade”.
- d) “...à uma quebra da verdade”.
- e) “...à mentiras contundentes”.

10. Assinale a alternativa cuja reescrita de um fragmento do texto apresente incorreção gramatical quanto ao

emprego de um sinal de Pontuação, segundo a norma culta da Língua Portuguesa.

a) “Só existem pessoas; e elas podem ser competentes ou incapazes, virtuosas ou malélicas, generosas ou psicopatas.” (2º par.)

b) “No seu livro *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*, o economista Douglas North diz que instituições são as regras do jogo em uma sociedade.” (3º par.)

c) “Scalia disse: que a liberdade americana não é garantida por palavras...” (4º par.)

d) “Nossas instituições são evidentemente extrativas.” (5º par.)

e) “Allan Bloom comenta a preocupação de Sócrates com a educação dos governantes, no prefácio de sua excepcional tradução de A República de Platão.” (6º par.)

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

11. Considere as seguintes proposições:

(P): O funcionário bate o ponto no horário.

(Q): O funcionário cumpre a meta semanal.

(R): O funcionário recebe o bônus de produtividade.

Considere a proposição composta: “Se o funcionário bate o ponto no horário e cumpre a meta semanal, então recebe o bônus de produtividade”. Assinale a alternativa que apresenta uma proposição logicamente equivalente à proposição dada.

- a) $\sim P \vee \sim Q \vee R$
- b) $\sim P \wedge \sim Q \wedge R$
- c) $(\sim P \wedge \sim Q) \rightarrow R$
- d) $R \rightarrow (P \wedge Q)$
- e) $(P \wedge Q) \leftrightarrow R$

12. Liz, Eloah e Maria têm quantias diferentes em dinheiro. Sabemos que:

- A soma dos valores de Liz e Eloah é R\$36,00.
- A soma dos valores de Eloah e Maria é R\$ 44,00.
- A soma dos valores de Liz e Maria é R\$ 38,00.

Quanto em dinheiro Maria tem?

- a) R\$16,00
- b) R\$ 23,00
- c) R\$ 26,00
- d) R\$ 28,00
- e) R\$ 30,00

13. Em uma equipe de basquetebol, há 12 jogadores disponíveis para compor a equipe titular. Para uma determinada partida, o técnico deverá escolher exatamente 5 jogadores, atribuindo a cada um deles, sem repetição, uma das seguintes cinco posições: armador, ala-armador, ala, ala-pivô e pivô. Considere que os 12 jogadores são distintos, que qualquer jogador pode ocupar qualquer uma das cinco posições e que duas escalações serão consideradas diferentes sempre que pelo menos um jogador ocupar uma posição diferente. Nessas condições,



de quantas maneiras distintas o técnico poderá formar a equipe titular?

- a) 792
- b) b.1.584
- c) 9.504
- d) 95.040
- e) 120.960

14. Considere, no conjunto dos números complexos, as seguintes proposições:

p: "O número 51 é par."

q: "As soluções da equação $x^2 = -25$ são $x = \pm 5i$."

Assinale a alternativa que contém o valor lógico da proposição composta $p \vee q$.

- a) Verdadeira, porque p é verdadeira e q é verdadeira.
- b) Falsa, porque q é falsa, mesmo que p seja verdadeira.
- c) Verdadeira, porque pelo menos uma das proposições é verdadeira.
- d) Falsa, porque ambas são falsas.
- e) Falsa, porque p é falsa e q é verdadeira.

15. Um prisma triangular regular possui todas as suas arestas com comprimento de 8 cm. Qual é o volume desse prisma?

- a) $16\sqrt{3} \text{ cm}^3$.
- b) $126\sqrt{3} \text{ cm}^3$
- c) $64\sqrt{3} \text{ cm}^3$
- d) $8\sqrt{3} \text{ cm}^3$
- e) $128\sqrt{3} \text{ cm}^3$

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

16. Em um laboratório de informática utilizado por diferentes servidores ao longo do dia, cada profissional possui credenciais próprias e, nas atividades rotineiras, trabalha com uma conta que não dispõe de privilégios administrativos. Quando determinada operação exige alterações sensíveis na configuração do sistema, são necessárias credenciais ou autorização compatíveis com essa finalidade. A partir desse cenário, examine as afirmativas.

I. A utilização cotidiana de contas com privilégios limitados pode reduzir o impacto de determinadas ações indevidas, uma vez que certas modificações no sistema dependem de autorização adicional ou elevação de privilégios.

II. A adoção de contas individualizadas permite atribuir permissões distintas e, quando associada a mecanismos adequados de autenticação e registro, favorece a atribuição e a rastreabilidade das ações realizadas.

III. Uma vez implementada a separação de privilégios, atualizações destinadas à correção de vulnerabilidades tornam-se dispensáveis para usuários sem direitos administrativos, pois eventuais códigos maliciosos permanecerão necessariamente restritos à conta comprometida.

IV. Em computadores compartilhados, a concessão permanente de privilégios administrativos a todos os usuários constitui alternativa equivalente, sob a perspectiva de segurança, à concessão apenas dos privilégios necessários às tarefas desempenhadas.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

17. No Microsoft Excel configurado para utilizar nomes de funções em português, o intervalo C2:C31 é destinado ao registro da quantidade de atividades entregues pelos estudantes de uma turma. As células podem conter números inteiros iguais ou superiores a zero, sendo 0 um registro válido. Células ainda não preenchidas permanecem vazias. Pretende-se obter a quantidade de células do intervalo que possuem registros numéricos, contabilizando também aquelas cujo conteúdo seja zero e desconsiderando as que permanecem vazias. Qual fórmula produz diretamente o resultado pretendido?

- a) =CONT.SE(C2:C31;">0")
- b) =CONT.SE(C2:C31;"<>")
- c) =CONT.SE(C2:C31;">=1")
- d) =CONT.NÚM(C2:C31)
- e) =CONT.VALORES(C2:C31)

18. Ao consultar o correio eletrônico institucional, uma servidora encontra uma mensagem aparentemente enviada por um fornecedor com o qual a instituição mantém contato. O texto informa que há um documento urgente disponível para consulta e traz um arquivo executável compactado. A mensagem menciona o nome real de um funcionário do fornecedor e reproduz elementos visuais semelhantes aos utilizados pela empresa. Antes de prosseguir, porém, a servidora posiciona o ponteiro sobre um dos links e percebe que o endereço de destino não corresponde ao domínio normalmente utilizado pelo remetente. Considerando os indícios apresentados e as boas práticas de segurança da informação, assinale a alternativa incorreta.

- a) A utilização de nomes reais e de elementos visuais conhecidos pode aumentar a credibilidade da mensagem sem, contudo, comprovar sua autenticidade.
- b) A divergência entre o destino efetivo do link e o domínio esperado constitui elemento relevante para que a solicitação seja verificada antes de qualquer interação.
- c) A presença inesperada de arquivo executável recomenda a confirmação de sua legitimidade antes da abertura ou execução, mesmo quando a mensagem aparenta origem conhecida.
- d) A confirmação da solicitação por um canal previamente conhecido do fornecedor tende a ser mais segura do que utilizar exclusivamente informações de contato fornecidas na própria mensagem suspeita.



e) A correspondência entre o nome exibido no campo do remetente, a identidade visual da empresa e o nome de um funcionário efetivamente vinculado ao fornecedor constitui evidência suficiente para afastar a possibilidade de falsificação da origem da mensagem.

19. Durante a elaboração de um relatório institucional em um editor de texto, três servidores participam da revisão do documento. O primeiro pretende apenas registrar uma observação sobre determinado parágrafo, sem modificar imediatamente sua redação. O segundo deve propor alterações no próprio texto de modo que inclusões e exclusões possam ser posteriormente examinadas. Ao final, o responsável pelo documento deverá decidir quais dessas modificações serão incorporadas à versão consolidada. Considerando funcionalidades de revisão encontradas em editores de texto como Microsoft Word e aplicações equivalentes, assinale a alternativa que descreve adequadamente a utilização desses recursos.

- a) Comentários e controle de alterações modificam necessariamente o conteúdo principal do documento; distinguem-se porque apenas os comentários podem ser posteriormente excluídos.
- b) Comentários podem registrar observações sem substituir o conteúdo a que estão associados, enquanto o controle de alterações pode registrar modificações realizadas no texto para posterior análise, inclusive com possibilidade de aceitação ou rejeição.
- c) O controle de alterações preserva o texto original apenas enquanto nenhum comentário tiver sido inserido; após a inclusão de comentários, as modificações passam a ser incorporadas definitivamente.
- d) A aceitação ou rejeição de alterações é aplicável aos comentários inseridos no documento, enquanto modificações registradas pelo controle de alterações precisam ser consolidadas manualmente por nova digitação.
- e) Comentários são destinados à edição colaborativa do conteúdo principal, ao passo que o controle de alterações registra exclusivamente modificações de formatação, sem alcançar inserções ou exclusões de texto.

20. Uma equipe pedagógica decidiu ampliar o emprego das TDIC em determinada unidade curricular. O planejamento prevê disponibilização de materiais em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, produção de conteúdos pelos estudantes, acompanhamento das atividades realizadas no ambiente e utilização de ferramentas de interação. Sobre a integração desses recursos ao processo educacional, julgue as proposições a seguir.

- I. A disponibilização de materiais pode ser articulada a atividades nas quais os estudantes comparem fontes, selecionem informações e produzam sínteses próprias, ampliando o uso do ambiente para além do simples armazenamento de arquivos.
- II. Registros de participação e de entrega de atividades existentes no ambiente podem fornecer elementos para o acompanhamento pedagógico, embora sua interpretação deva

considerar os objetivos das atividades e outros elementos relevantes do processo de aprendizagem.

III. A utilização de mecanismos automatizados de acompanhamento tende a reduzir a necessidade de intervenção do professor, razão pela qual os registros produzidos pela plataforma podem substituir, de maneira geral, a análise pedagógica das atividades realizadas pelos estudantes.

IV. Ferramentas digitais podem integrar propostas de autoria e colaboração nas quais os estudantes participem da elaboração e revisão de um produto comum.

Assinale a alternativa que apresenta todas as proposições corretas.

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

CONHECIMENTOS GERAIS

21. Entre os indicadores econômicos divulgados para Seabra, o PIB per capita alcançou R\$ 18.670,38 em 2023. A interpretação desse dado exige distinguir produção econômica, população e distribuição de renda. Assinale a alternativa que apresenta a leitura tecnicamente adequada do indicador.

- a) O valor corresponde à renda anual efetivamente recebida por cada morador do município, independentemente de sua participação na atividade econômica.
- b) O indicador resulta da relação entre o Produto Interno Bruto e a população utilizada no cálculo, mas não demonstra, isoladamente, como a renda ou a riqueza produzida se distribui entre os habitantes.
- c) O PIB per capita mede a parcela da população economicamente ativa que recebe rendimento superior à média estadual.
- d) O valor permite concluir que todos os domicílios do município possuíam, em 2023, renda anual próxima ao montante indicado.
- e) O indicador corresponde à arrecadação municipal dividida pela população, razão pela qual expressa diretamente a capacidade financeira da Prefeitura.

22. A posição regional de Seabra resulta da interação entre características territoriais e funções urbanas. Nesse contexto, considere:

- I. A BR-242 amplia as possibilidades de circulação entre Seabra e outras localidades, favorecendo fluxos intermunicipais de pessoas e mercadorias.
- II. A concentração de comércio, serviços e determinados equipamentos públicos pode gerar deslocamentos de moradores de outros municípios em direção a Seabra.
- III. A acessibilidade rodoviária e a oferta de funções urbanas podem atuar conjuntamente na formação da centralidade



regional, sem que uma delas, isoladamente, seja suficiente para explicar todos os fluxos existentes.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas II está correta.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) Apenas II e III estão corretas.

23. O IBGE apresenta para Seabra IDHM de 0,635, com referência ao ano de 2010. Em uma análise sobre as condições sociais do município, esse indicador foi comparado a dados demográficos mais recentes. Considerando a natureza e a referência temporal do IDHM, avalie as afirmativas:

- I. O IDHM sintetiza dimensões relacionadas a longevidade, educação e renda.
- II. O valor divulgado para Seabra não deve ser tratado como indicador produzido a partir do Censo de 2022, pois sua referência é 2010.
- III. Por reunir dimensões sociais e econômicas, o IDHM permite identificar diretamente a distribuição interna de renda entre os diferentes grupos da população municipal.
- IV. A comparação do IDHM com indicadores de outros anos exige atenção às distintas referências temporais dos dados.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

24. A Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Urbanismo de Seabra possui atribuições que alcançam diferentes componentes da infraestrutura e do espaço urbano municipal. Em um plano anual de trabalho, foram propostas as seguintes ações:

- I. Conservar e executar pavimentações de vias públicas municipais;
- II. Promover construção, pavimentação e conservação de estradas municipais;
- III. Ampliar e manter a iluminação pública;
- IV. Definir e executar a manutenção de rodovias federais que atravessam o município, independentemente do órgão responsável pela via.

À luz das atribuições administrativas municipais, está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

25. As atribuições municipais nas áreas de educação e assistência social podem alcançar uma mesma família sem que isso implique confusão entre as competências dos órgãos envolvidos. Considere uma ação voltada a estudantes em situação de vulnerabilidade, na qual foram

identificadas dificuldades de permanência escolar associadas a problemas sociofamiliares. À luz das atribuições desenvolvidas no âmbito municipal de Seabra, a providência mais adequada é:

- a) Concentrar o acompanhamento na política educacional, uma vez que a matrícula do estudante define qual órgão municipal deve assumir integralmente o atendimento da família.
- b) Encaminhar as questões sociofamiliares para atuação estadual, permanecendo com o município apenas as medidas diretamente relacionadas ao processo pedagógico.
- c) Suspender as intervenções educacionais até a conclusão do acompanhamento socioassistencial, evitando sobreposição entre políticas municipais.
- d) Atribuir à assistência social a responsabilidade pela permanência escolar, pois situações de vulnerabilidade deslocam para essa área as atribuições originalmente educacionais.
- e) Articular as políticas municipais de educação e assistência social, preservando as competências específicas de cada área e promovendo atuação integrada diante das diferentes necessidades identificadas.

26. Em 2019, a Comunidade Remanescente Quilombola Lagoa do Baixo, localizada em Seabra, recebeu título de domínio coletivo de área tradicionalmente ocupada. Segundo a divulgação oficial, a medida alcançou aproximadamente 115 famílias e uma área de cerca de 1.306 hectares. Considerando o significado territorial e social desse processo, analise as proposições:

- I. A titulação coletiva está associada à regularização fundiária e ao reconhecimento da ocupação tradicional da comunidade.
- II. O reconhecimento do domínio coletivo implica a transformação automática da comunidade em distrito político-administrativo do município.
- III. A regularização de território tradicional não se confunde com simples incorporação da área ao patrimônio imobiliário da Prefeitura.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Apenas I e III estão corretas.

27. Diferentes elementos integram o patrimônio e a identidade cultural de Seabra. Entre eles estão a denominação “Cidade das Rosas”, manifestações religiosas e registros arqueológicos relacionados a ocupações anteriores à formação do município contemporâneo. Analise as afirmativas:

- I. A expressão “Cidade das Rosas” relaciona-se à difusão do cultivo de roseiras por famílias e jardins da cidade.
- II. Os achados arqueológicos associados a grupos indígenas pré-coloniais demonstram que a história da ocupação humana do território não se inicia com a emancipação de Campestre.
- III. A existência de manifestações religiosas e de vestígios arqueológicos permite tratar patrimônio cultural e memória



histórica como fenômenos restritos ao período posterior à criação do município.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I e II, apenas.

28. A dinâmica econômica de Seabra envolve atividades rurais, comércio e prestação de serviços, estabelecendo relações que ultrapassam os limites de cada setor. Com base nessa característica, analise:

I. A produção vinculada à agricultura familiar pode gerar demanda por transporte, comercialização e outros serviços associados à circulação de mercadorias.

II. O crescimento das atividades de serviços tende a reduzir os encadeamentos econômicos associados à produção rural, pois os dois setores atendem a mercados distintos no espaço municipal.

III. A capacidade de atrair consumidores de municípios vizinhos pode ampliar o mercado efetivo de determinados estabelecimentos e serviços para além da população residente em Seabra.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

29. A identificação do Centro Geodésico da Bahia em território de Seabra, nas imediações de Várzea do Caldas, constitui uma referência espacial definida por procedimentos técnicos. A respeito dessa informação, examine as afirmativas:

I. A determinação de um centro geodésico está relacionada a critérios técnicos de posicionamento espacial.

II. A localização do ponto em território de Seabra não implica sua coincidência com a sede urbana ou administrativa do município.

III. Por representar uma referência central no território estadual, a posição geodésica permite estabelecer Seabra como ponto de menor percurso rodoviário médio entre os municípios baianos.

IV. A localização nas imediações de Várzea do Caldas evidencia que uma referência geográfica situada em determinado município pode estar fora de sua sede administrativa.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

30. Seabra integra o Território de Identidade Chapada Diamantina, recorte utilizado pelo Estado da Bahia em

ações de planejamento, produção de informações e participação territorial. A respeito dessa inserção, assinale a alternativa correta.

a) A participação de Seabra no Território de Identidade significa que o município deixa de possuir autonomia administrativa nas matérias submetidas ao planejamento territorial.

b) O Território de Identidade constitui nova esfera federativa intermediária entre o Estado e os municípios, com competências administrativas próprias.

c) A inserção territorial substitui os limites municipais para fins de prestação dos serviços públicos, fazendo com que os órgãos de Seabra atendam obrigatoriamente todos os municípios integrantes.

d) O recorte territorial pode apoiar planejamento, produção de indicadores e articulação entre poder público e sociedade, sem eliminar a autonomia político-administrativa dos municípios que o compõem.

e) A classificação de Seabra na Chapada Diamantina decorre exclusivamente de sua posição geodésica, não possuindo relação com instrumentos de planejamento territorial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No encerramento do exercício financeiro, determinado Município recebeu integralmente equipamentos permanentes adquiridos mediante contrato administrativo. A entrega ocorreu em 27 de dezembro, acompanhada da documentação fiscal e do aceite definitivo pelo setor competente. A despesa havia sido regularmente empenhada, mas, por atraso no fluxo interno, a liquidação orçamentária somente foi registrada em janeiro do exercício seguinte. Considerando a distinção entre os enfoques patrimonial e orçamentário adotada pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa correta.

a) O reconhecimento do ativo deve ser postergado para o exercício seguinte, porque a liquidação constitui condição indispensável para qualquer reconhecimento contábil do bem.

b) O ativo e a obrigação correspondente devem ser reconhecidos patrimonialmente no exercício em que ocorreram os fatos que satisfazem os respectivos critérios de reconhecimento, ainda que a etapa orçamentária da liquidação seja registrada posteriormente.

c) O ativo deve ser reconhecido no exercício da entrega, mas o passivo somente poderá ser registrado quando ocorrer o pagamento, em razão do regime financeiro aplicável ao setor público.

d) A despesa orçamentária e a variação patrimonial diminutiva necessariamente devem ser reconhecidas simultaneamente, pois os sistemas patrimonial e orçamentário não admitem momentos distintos de reconhecimento.

e) O recebimento do equipamento produz exclusivamente registro em contas de controle até que ocorra a liquidação da despesa, quando então haverá reconhecimento do ativo e do passivo.



32. Ao preparar projeto para abertura de crédito especial, o contador de um ente público apurou os seguintes dados: superávit financeiro do exercício anterior de R\$ 800.000; excesso de arrecadação acumulado, considerada a tendência do exercício, de R\$ 600.000; créditos extraordinários já abertos no exercício no montante de R\$ 150.000; e possibilidade de anulação de R\$ 250.000 de dotações não comprometidas. Desconsideradas outras variáveis, o montante máximo desses recursos passível de ser considerado, nos termos do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, corresponde a:

- a) R\$ 1.350.000.
- b) R\$ 1.400.000.
- c) R\$ 1.500.000.
- d) R\$ 1.650.000.
- e) R\$ 1.750.000.

33. Em 2026, determinado Município pretende prorrogar por quatro anos benefício tributário destinado exclusivamente a empresas de determinado setor econômico, do qual decorrerá redução de arrecadação. A estimativa de receita da LOA não contemplou os efeitos dessa renúncia. O projeto apresenta estimativa do impacto orçamentário-financeiro e prevê aumento permanente de receita mediante majoração da base de cálculo de outro tributo, suficiente para compensá-la. À luz da redação vigente da Lei de Responsabilidade Fiscal, examine as proposições:

- I. A prorrogação de benefício tributário que implique renúncia está abrangida pelo art. 14 da LRF.
- II. A estimativa do impacto deve alcançar o exercício de início da vigência e os dois exercícios subsequentes.
- III. Utilizada a compensação mediante aumento de receita, o benefício poderá entrar em vigor antes da implementação da medida compensatória, desde que esta seja efetivada no mesmo exercício.
- IV. Tratando-se de beneficiário pessoa jurídica, a legislação vigente estabelece requisitos adicionais, inclusive quanto ao prazo de vigência.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

34. Uma entidade pública responde a três ações judiciais materialmente relevantes. No caso X, a assessoria jurídica considera provável a saída de recursos e consegue produzir estimativa confiável da obrigação. No caso Y, a saída de recursos é considerada possível, mas não provável. No caso Z, a saída é provável, porém, excepcionalmente, não é possível mensurar a obrigação com confiabilidade suficiente. À luz das NBC TSP vigentes,

o tratamento que melhor corresponde à natureza dessas situações é:

- a) Reconhecer provisão para X; em regra, divulgar Y como passivo contingente; e tratar Z como passivo contingente quando a ausência de mensuração confiável impedir o reconhecimento.
- b) Reconhecer provisões para X, Y e Z, diferenciando-as apenas pelo grau de incerteza divulgado em notas explicativas.
- c) Reconhecer provisões para X e Z e registrar Y exclusivamente em contas de controle, sem divulgação nas demonstrações.
- d) Reconhecer X como passivo exigível ordinário, Y como provisão e não efetuar registro ou divulgação para Z.
- e) Reconhecer provisão apenas para X e excluir Y e Z das demonstrações e respectivas notas, por inexistir obrigação definitivamente constituída.

35. Ao final do exercício X1, um Município apresentava três despesas regularmente empenhadas: R\$ 400.000 referentes a serviços já prestados e liquidados; R\$ 300.000 referentes a materiais ainda não entregues, cujo empenho permanecia válido; e R\$ 200.000 referentes a obrigação cujo fato gerador patrimonial ocorreu no exercício, mas cuja documentação necessária à liquidação somente foi concluída posteriormente. Sobre os registros de encerramento, assinale a alternativa incorreta.

- a) A parcela liquidada e não paga poderá integrar os restos a pagar processados.
- b) A parcela empenhada e ainda não liquidada poderá, atendidos os requisitos aplicáveis, integrar os restos a pagar não processados.
- c) A classificação orçamentária dos restos a pagar não elimina a necessidade de análise própria do fato gerador sob o enfoque patrimonial.
- d) O fato de uma despesa não ter sido liquidada até 31 de dezembro impede, em qualquer hipótese, o reconhecimento de passivo patrimonial relacionado ao evento.
- e) A Lei nº 4.320/1964 considera restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo as processadas das não processadas.

36. Um Poder municipal encontra-se com despesa total com pessoal correspondente a 96% de seu limite máximo individual previsto na LRF. A Administração pretende adotar quatro medidas:

- I. Criar novos cargos efetivos;
- II. Prover cargo para reposição decorrente do falecimento de servidor da área de saúde;
- III. Alterar estrutura de carreira com aumento de despesa;
- IV. Conceder reajuste decorrente exclusivamente de determinação legal preexistente.

Considerando especificamente as vedações decorrentes da superação de 95% do limite, é admissível:

- a) Somente a medida II.
- b) Somente a medida IV.
- c) As medidas II e IV.
- d) As medidas I, II e IV.
- e) As medidas II, III e IV.



37. Em auditoria, constatou-se que determinada unidade administrativa efetuou pagamentos relativos à mesma fonte de recursos, priorizando contrato de prestação de serviços celebrado posteriormente a outros contratos da mesma categoria, sob a justificativa genérica de que o fornecedor possuía “relevância estratégica para a Administração”. A respeito do regime de pagamentos da Lei nº 14.133/2021, a conclusão tecnicamente adequada é:

- a) A ordem cronológica é mera recomendação administrativa e pode ser livremente afastada pelo ordenador de despesas.
- b) A ordem cronológica considera exclusivamente a data de assinatura do contrato, independentemente da fonte de recursos e da categoria contratual.
- c) Todos os contratos financiados pela mesma fonte integram uma única fila, independentemente do objeto contratado.
- d) A preferência é válida sempre que autorizada pelo fiscal do contrato, dispensando motivação da autoridade competente.
- e) A Administração deve observar ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas categorias legais de contratos, sendo eventual alteração sujeita às hipóteses, condições e formalidades previstas em lei.

38. Uma entidade apresentou, antes dos eventos descritos abaixo, Ativo Circulante de R\$ 3.600.000, composto por R\$ 900.000 em disponibilidades, R\$ 1.200.000 em contas a receber, R\$ 1.000.000 em estoques e R\$ 500.000 em outras contas circulantes. O Passivo Circulante totalizava R\$ 2.400.000. Antes do encerramento do exercício, ocorreram, sucessivamente, as seguintes operações:

1. Pagamento de R\$ 600.000 a fornecedores, mediante disponibilidades;
2. Aquisição, a prazo, de estoques por R\$ 400.000, classificados integralmente no circulante;
3. Recebimento antecipado de R\$ 300.000 de clientes relativo a obrigação de desempenho ainda não satisfeita, permanecendo os recursos em caixa e sendo reconhecido o correspondente passivo circulante;
4. Conversão de dívida de curto prazo de R\$ 500.000 em obrigação com vencimento contratualmente fixado para 36 meses, satisfeitos os requisitos contábeis para sua classificação como não circulante na data das demonstrações.

A partir desses dados, analise as afirmações:

- I. Considerada isoladamente, a primeira operação aumenta a liquidez corrente.
- II. Considerada isoladamente e na sequência indicada, a segunda operação reduz a liquidez corrente.
- III. Considerada isoladamente e na sequência indicada, a terceira operação reduz a liquidez corrente.
- IV. Após todas as operações, a liquidez corrente será superior a 1,70 e a liquidez seca será inferior a 1,30.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) I e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

39. No último ano de mandato, o Prefeito celebra, em setembro, contrato de execução continuada cujo primeiro pagamento ocorrerá ainda no exercício e cujas parcelas restantes vencerão no exercício seguinte. A análise financeira demonstra que não haverá disponibilidade de caixa suficiente para suportar as parcelas transferidas para o exercício subsequente. À luz do art. 42 da LRF, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta é compatível com a LRF porque a obrigação foi precedida de empenho.
- b) A obrigação é admitida desde que as parcelas futuras sejam inscritas em restos a pagar não processados.
- c) A vedação alcança apenas obrigações assumidas após as eleições municipais.
- d) A existência de dotação orçamentária suficiente afasta a necessidade de disponibilidade financeira.
- e) Nos últimos dois quadrimestres do mandato, é vedada a contratação de obrigação que não possa ser integralmente cumprida dentro dele ou que possua parcelas para o exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.

40. Em auditoria sobre contratos de manutenção predial, a equipe obteve relatórios produzidos pela própria unidade auditada, confirmações encaminhadas diretamente por fornecedores, evidências resultantes de inspeção física de amostra dos serviços executados e declarações verbais do gestor responsável. A propósito da suficiência e da adequação das evidências, considere:

- I. A confiabilidade da evidência depende, entre outros fatores, de sua fonte, natureza e das circunstâncias em que foi obtida.
- II. Evidências externas obtidas diretamente pelo auditor tendem, em condições comparáveis, a apresentar maior confiabilidade que informações exclusivamente internas.
- III. Evidência documental é, em qualquer circunstância, conclusiva e dispensa corroboração.
- IV. A suficiência relaciona-se predominantemente à quantidade de evidência, enquanto a adequação envolve sua qualidade, relevância e confiabilidade.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

41. A respeito da estrutura lógica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e da segregação das naturezas de informação, avalie as afirmações abaixo:

- I. O registro contábil deve preservar a integridade dos grupos correspondentes às naturezas patrimonial, orçamentária e de controle.
- II. Um lançamento pode combinar livremente contas de naturezas distintas em débito e crédito, desde que o total dos débitos corresponda ao total dos créditos.
- III. A segregação das naturezas de informação favorece a consistência dos registros e a elaboração das demonstrações contábeis.



IV. A existência de registros orçamentários não afasta a necessidade de reconhecimento dos efeitos patrimoniais dos fatos quando presentes os respectivos critérios.

Assinale a alternativa correta.

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

42. Um Município constituiu regularmente crédito tributário de IPTU no valor de R\$ 900.000. No vencimento, R\$ 650.000 foram arrecadados e R\$ 250.000 permaneceram inadimplidos. Posteriormente, atendidos os requisitos legais, os créditos inadimplidos foram inscritos em dívida ativa. Considerando os enfoques orçamentário e patrimonial, é correto afirmar que:

- a) A receita orçamentária de R\$ 900.000 pertence integralmente ao exercício em que ocorreu o lançamento tributário.
- b) A inscrição em dívida ativa constitui nova receita orçamentária, ainda que o crédito já tenha sido anteriormente reconhecido patrimonialmente.
- c) Somente o recebimento da dívida ativa produzirá qualquer registro contábil, pois créditos tributários inadimplidos não integram o patrimônio público.
- d) A arrecadação constitui referência para o reconhecimento da receita sob o enfoque orçamentário, enquanto o reconhecimento do crédito sob o enfoque patrimonial obedece ao fato gerador e aos critérios aplicáveis; a inscrição em dívida ativa não representa, por si, nova receita orçamentária.
- e) O lançamento tributário e a arrecadação devem necessariamente ocorrer no mesmo exercício para que a receita possa ser reconhecida.

43. Um contador público, por negligência grave, deixa de conferir determinada documentação e autoriza procedimento que posteriormente resulta em dano ao erário. Não há prova de que tenha pretendido produzir o resultado ilícito nem de que tenha atuado dolosamente. A ação de improbidade ainda não havia transitado em julgado quando entrou em vigor a Lei nº 14.230/2021. À luz do Tema 1.199 da repercussão geral do STF, assinale a opção correta.

- a) A culpa grave permanece suficiente para configurar improbidade causadora de prejuízo ao erário, desde que demonstrado dano material.
- b) A exigência de dolo introduzida pela Lei nº 14.230/2021 aplica-se inclusive para desconstituir automaticamente condenações já transitadas em julgado.
- c) A ausência de dolo é irrelevante quando o agente exerce função técnica vinculada à execução financeira.
- d) A revogação da modalidade culposa somente alcança fatos praticados depois da publicação da Lei nº 14.230/2021.

e) A tipificação dos atos dos arts. 9º, 10 e 11 exige responsabilidade subjetiva com dolo; quanto aos atos culposos praticados sob a legislação anterior e ainda sem condenação transitada em julgado, cabe examinar a eventual presença de dolo.

44. Durante a elaboração de relatório fiscal, verificou-se que as operações de crédito projetadas para o exercício superariam o montante das despesas de capital. A equipe técnica sustentou que a Constituição admite exceção à denominada regra de ouro. A afirmação está:

- a) Correta, porque a Constituição excepciona operações autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- b) Correta, porque qualquer autorização genérica constante da LOA afasta a regra de ouro.
- c) Incorreta, porque a Constituição estabelece vedação absoluta a operações de crédito superiores às despesas de capital.
- d) Correta, desde que o excesso seja destinado ao pagamento de qualquer despesa corrente prevista no PPA.
- e) Incorreta, porque operações de crédito jamais podem financiar despesas correntes, ainda que exista autorização legislativa qualificada.

45. Lei municipal cria benefício financeiro mensal por prazo indeterminado, produzindo aumento de despesa corrente a partir de julho de 2027. O projeto foi acompanhado da estimativa de impacto para 2027, 2028 e 2029, mas não demonstrou a origem dos recursos para custeio nem apresentou mecanismo permanente de compensação, embora o aumento comprometa as metas fiscais. À luz da LRF, a criação da despesa:

- a) É regular, porque a estimativa trienal esgota os requisitos legais.
- b) É irregular, pois, caracterizada despesa obrigatória de caráter continuado, são exigidas, além da estimativa pertinente, demonstração da origem dos recursos e observância dos requisitos de compatibilidade e compensação previstos no art. 17.
- c) É regular desde que haja dotação suficiente exclusivamente no primeiro exercício.
- d) Somente seria irregular caso a obrigação tivesse duração determinada superior a quatro exercícios.
- e) Não está sujeita ao art. 17 porque benefícios financeiros não constituem despesas correntes.

46. Ao realizar a conciliação bancária em 31 de dezembro, o contador de uma autarquia encontrou saldo contábil positivo de R\$ 1.284.000 na conta Bancos e saldo positivo de R\$ 1.402.000 no extrato bancário. Foram identificados os seguintes eventos:

- I. Cheques emitidos e corretamente contabilizados pela autarquia, no total de R\$ 168.000, ainda não apresentados ao banco;



- II. Depósito de R\$ 96.000 efetuado e corretamente contabilizado em 31 de dezembro, ainda não creditado pelo banco;
- III. Tarifa bancária de R\$ 12.000 debitada pelo banco, ainda não contabilizada pela autarquia;
- IV. Crédito de R\$ 40.000 efetuado pelo banco e já integrante do saldo do extrato, relativo a receita pertencente à autarquia, ainda não contabilizado;
- V. Pagamento a fornecedor no valor de R\$ 24.000 corretamente processado pelo banco, mas registrado pela contabilidade, por equívoco, como saída de R\$ 42.000.

Após distinguir as diferenças temporárias de conciliação dos fatos que efetivamente exigem ajuste na escrituração, o saldo contábil ajustado da conta Bancos será:

- a) R\$ 1.294.000.
- b) R\$ 1.312.000.
- c) R\$ 1.330.000.
- d) R\$ 1.348.000.
- e) R\$ 1.370.000.

47. Acerca do sistema constitucional de controle externo, analise:

- I. O controle externo da União é exercido pelo Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas da União.
- II. Compete ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, nas hipóteses constitucionalmente estabelecidas.
- III. As contas anuais do Presidente da República são julgadas definitivamente pelo TCU.
- IV. A fiscalização constitucional compreende, entre outros aspectos, legalidade, legitimidade e economicidade.

A sequência correta é:

- a) V – V – V – F.
- b) V – F – F – V.
- c) F – V – F – V.
- d) V – V – F – V.
- e) F – F – V – V.

48. Para implantação de plataforma corporativa de Business Intelligence, determinado ente público pretende integrar dados provenientes dos sistemas de execução orçamentária e financeira, folha de pagamento, arrecadação tributária, licitações, contratos e patrimônio. O projeto técnico prevê as seguintes características:

- I. Os dados dos sistemas transacionais serão extraídos periodicamente para repositório analítico, preservando-se mecanismos que permitam identificar a fonte, o momento da extração e as transformações aplicadas;
- II. Para acelerar correções, usuários da controladoria poderão alterar diretamente valores consolidados no painel, sem modificação da base de origem, desde que registrem justificativa em campo de texto;
- III. Serão adotados perfis de acesso diferenciados, inclusive porque determinados conjuntos utilizados na análise contêm dados pessoais que não são necessários a todos os usuários;

- IV. Indicadores gerenciais serão calculados mediante regras parametrizadas e versionadas, permitindo identificar qual regra estava vigente na geração de determinado relatório;
- V. Após a consolidação dos dados no ambiente analítico, os registros de origem poderão ser eliminados sempre que o painel reproduzir seus valores, pois a consistência matemática entre totalizadores é suficiente para garantir auditabilidade.

À luz dos requisitos de governança da informação, controles internos, auditabilidade e proteção de dados, assinale a alternativa que apresenta a avaliação tecnicamente mais adequada.

- a) Apenas I e IV representam controles necessários, pois a utilização institucional de dados pela Administração afasta restrições de acesso fundadas na proteção de dados pessoais.
- b) I, III e IV são compatíveis com uma arquitetura controlável e auditável; II fragiliza a integridade e a rastreabilidade das informações, e V confunde consistência de totalizadores com preservação de evidências e linhagem dos dados.
- c) I, II, III e IV são adequadas, desde que toda alteração manual seja acompanhada de justificativa e realizada por servidor efetivo.
- d) II é admissível caso o usuário possua certificação digital, enquanto V somente seria inadequada se os dados eliminados estivessem sujeitos à transparência ativa prevista na LAI.
- e) III é dispensável quando o BI estiver hospedado em infraestrutura interna do ente, pois a LGPD disciplina predominantemente o compartilhamento de dados pessoais com terceiros.

49. Após a celebração de contrato administrativo, sobrevém evento extraordinário enquadrável nas hipóteses legais de recomposição da equação econômico-financeira. A Administração reconhece tecnicamente a ocorrência, mas sustenta que eventual recomposição somente poderia ocorrer por ocasião da prorrogação contratual e desde que houvesse saldo na dotação originariamente estimada. Considerando a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa mais adequada.

- a) A recomposição da equação econômico-financeira constitui mecanismo juridicamente distinto da simples prorrogação de prazo e deve ser examinada conforme a matriz de riscos, os pressupostos legais e a efetiva alteração das condições econômicas do contrato, não podendo ser afastada apenas porque não haverá prorrogação.
- b) O equilíbrio econômico-financeiro somente pode ser restabelecido em contratos de obras e serviços de engenharia.
- c) Todo aumento dos custos do contratado, inclusive decorrente da álea empresarial ordinária, gera direito automático ao reequilíbrio.
- d) O reequilíbrio depende exclusivamente da existência de dotação na mesma classificação orçamentária utilizada na contratação inicial, sendo a questão orçamentária constitutiva do próprio direito material.
- e) A assinatura do contrato implica assunção integral, pelo contratado, de qualquer risco econômico superveniente, salvo se causado diretamente pela Administração.



50. Em 31 de dezembro, o contador de determinado Poder verifica os seguintes eventos:

- I. despesa regularmente empenhada e liquidada, ainda não paga;
- II. despesa empenhada relativa a obrigação contratual cujo objeto ainda não foi entregue;
- III. obrigação assumida nos últimos dois quadrimestres do mandato, com parcela a pagar no exercício seguinte, sem disponibilidade de caixa suficiente;
- IV. serviço efetivamente recebido antes do encerramento do exercício, com obrigação patrimonial presente, embora a liquidação orçamentária não tenha sido formalmente concluída.

Com base na Lei nº 4.320/1964, na LRF e na lógica patrimonial da CASP, assinale a alternativa correta.

- a)** I e II devem ser classificados necessariamente como restos a pagar processados, porque ambos possuem empenho.
- b)** III torna-se regular mediante inscrição da parcela em restos a pagar, pois a inscrição transfere a obrigação para o exercício seguinte.
- c)** IV não pode gerar reconhecimento patrimonial até que a liquidação orçamentária seja concluída.
- d)** I poderá integrar restos a pagar processados; II, observados os requisitos pertinentes, poderá integrar restos a pagar não processados; III não é saneado pela mera inscrição em restos a pagar; e IV demanda análise e reconhecimento patrimonial segundo a ocorrência do fato gerador, independentemente da formalização posterior da liquidação orçamentária.
- e)** Apenas as situações I e IV produzem registros contábeis, pois restos a pagar não processados são controlados exclusivamente de forma extracontábil.

